

## *Discurso de entrada na Academia Francesa\**

ASSIA DJEBAR

### **Palavras iniciais do tradutor**

**A**ssia Djebbar, escritora e historiadora argelina, foi eleita na Academia Francesa em 2005, cujo discurso de posse que aqui traduzimos, proferido em 22 de junho de 2006, interpela-nos por duas razões: a primeira diz respeito ao fato de Djebbar ter sido até hoje a única escritora argelina a ocupar uma vaga na referida academia, haja vista o longo percurso traçado por seu povo para chegar à descolonização e, conseqüentemente, a um lugar no cenário francês. Isso se deve também à sua escolha pela língua francesa e tantos outros fatores que não mencionaremos neste breve espaço de apresentação, embora o seu próprio texto nos forneça algumas pistas. A segunda, que se relaciona com a primeira, reside no fato de ela ter ocupado lugar de Georges Vedel, jurista francês, conhecido por sua atuação no Direito Público e Constitucional francês, e também por ter sido um dos importantes apoiadores do federalismo europeu. A ocasião da entrada de Djebbar na academia não esconde em momento algum o repertório que a protege e enriquece todo o seu discurso, de uma história que se escreve na tormenta. O seu texto enviesa a história do jurista tanto por sua atuação como homem determinado a apoiar o projeto que pretendia dar à Europa um novo status diante do mundo quanto por seu próprio sonho de reconciliação diante do sistema colonial francês e das sangrentas guerras que precederam à libertação da Argélia em 1962.

Diante disso, uma via de mão dupla é entrelaçada neste discurso: de Dante a Cocteau, passando pelo cenário das duas grandes guerras, Djebbar

---

\* Tradução do discurso de entrada de Assia Djebbar na Academia Francesa realizada por Wellington Rogério da Silva. Recebido em: 03/09/2017 e aprovado em: 11/10/2017.

retoma também a trajetória do seu povo e da sua tradição, a começar por uma literatura ainda hoje, segundo a historiadora, pouco pesquisada, escrita em latim, que remonta aos primeiros séculos da era cristã. É, portanto, de se esperar que seu conjunto de obras apresente uma dupla condição: suas personagens fazem frente à memória de um passado colonial e cultural, mas migração para a França se torna um fenômeno incontornável. É, portanto, diante desse imaginário de escritora que a voz da historiadora se pronuncia.

O texto que aqui se traduz, inédito porque pertencente a uma autora ainda pouco pesquisada no Brasil, traz ao conhecimento e à reflexão, dentre outras razões, a inserção do estrangeiro diante de uma nação, a França, cuja tradição literária é extensa e da qual a pesquisa é legitimada em todo o mundo. Além disso, ele pode ser lido como um ensaio de história e de literatura dos maiores pensadores da África do Norte desde o século IV. É também uma fonte de recursos, à altura dos textos de aulas inaugurais escritos por grandes autores como Roland Barthes e Michel Foucault. A diferença se encontra justamente no eixo que o move, ou seja, as relações entre a África e a Europa. Frisamos, no entanto, que correremos riscos ao propor a tradução de Assia Djebar, tarefa nada fácil, pois, ao mesmo tempo em que escreve originalmente em francês, possui uma sintaxe distinta, nesse movimento pendular entre a historiadora e a escritora.

Esperamos diante desta curta apresentação que esta tradução possa contribuir com todos os que se interessam por uma parte relevante da história e da carreira do jurista Georges Vedel, assim como o percurso de uma historiadora-escritora que traz a África do Norte para os nossos dias, apontando para o paradoxo que questiona o processo colonial francês na Argélia e que reflete sobre a necessidade de reconciliação entre esses dois povos. Trata-se, portanto, de um ensaio que desvela a eventual necessidade de reconstrução de uma nova perspectiva diante do mundo e da vida.

Wellington Rogério da Silva.\*\*

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras – Teorias da Literatura e suas representações Culturais, com doutorado sanduíche na *Université Sorbonne Nouvelle* – Paris 3.

\*\*\*

Senhoras, Senhores da Academia,

Eu queria primeiramente citar o poeta Jean Cocteau, aqui recebido em outubro de 1955, mesma data em que eu entrava na Escola normal Superior em Paris, e de que duas ou três das minhas condiscípulas e amigas, presentes entre nós hoje, se lembram. Jean Cocteau, portanto, com a graça e o charme desenvolvido que os seus escritos e suas imagens conservam dizia, na introdução do seu discurso: “Será preciso que eu evite palavras elegantes, no sentido que elas nos levam inconscientemente a um lugar histórico”.

Palavras elegantes, eu? O risco para mim é maior: eu não tenho o charme nem o brio de Jean Cocteau, festejado durante toda a sua vida nas sociedades mais distintas e pelos mais diversos públicos. Pelo menos, essas primeiras palavras do poeta de *Plaint-Chant*, pronunciadas nesta mesma sala, me vêm à mente para expressar-lhes os meus agradecimentos por terem me aceitado na Companhia de vocês. Essa voz de Cocteau, intervindo como a de um ponto<sup>1</sup> de teatro, permite-me dominar um pouco a rigidez do meu modo tímido diante de vós.

Pois esses lugares são assombrados pela presença impalpável daqueles que, durante quase quatro séculos, sucederam-se num labor contínuo sobre a língua francesa, levados por sua obra de natureza científica, imaginativa, poética ou jurídica. Dentre os presentes/ausentes, a que chamamos, pois, de “imortais”, eu escolho, como segundo anjo guardião, Denis Diderot, que não foi, como Voltaire, acadêmico, mais do qual o fantasma será para mim, eu o sinto, sombra guardiã. “Pareceu-me”, escreve o filósofo em 1751, “que era preciso estar ao mesmo tempo por fora e por dentro”. Diderot define assim a sua abordagem quando termina a sua *Carta sobre os surdos-mudos*.

---

<sup>1</sup> O termo original em francês é *souffleur de théâtre*, que em português chamamos de “ponto”, ou seja, o profissional do teatro responsável por “assoprar”, em voz baixa, as falas que deviam ser repetidas, em voz alta, pelos atores.

Tomo-lhe emprestada essa perspectiva de abordagem, colocando-me, portanto, “ao mesmo tempo por fora e por dentro” para elogiar, segundo o uso, o meu predecessor na cadeira número 5, o decano Georges Vedel.

Retornemos à carreira do professor Georges Vedel.

Esse homem do Sudoeste, nascido em 1910 em Auch, mas originário de Mazamet, é neto, do lado paterno, de um policial que não obteve muito sucesso porque, segundo o decano, ele era bom demais para combater; entretanto, do lado materno, o avô circulava entre os dois departamentos de Aude e de Tarn, como contrabandista, fazendo passar os odres de vinho sem pagar os direitos de pedágio, isso sob o reinado de Luís Filipe II! Eis então essa criança colocada, quase simbolicamente, desde a origem, de ambos os lados do Direito. Diderot diria “ao mesmo tempo por dentro e por fora!” Com raízes tão autenticamente populares, que implicam também no duplo falar, a língua do grande poeta Frédéric Mistral, *langue d’oc* (dizia-se “patoá”), ainda palpitante sob o francês aprendido na escola da Terceira República, a ascensão social se seguiu por três gerações: o pai de Georges Vedel entrou na escola dos suboficiais e fez carreira; participou da guerra de 1914-1918 e terminou como Coronel.

O filho foi criado, após a Grande Guerra, ao sabor das proteções paternas. Ele fez sérios estudos secundários, mas suportando mal a vida de internato, após o vestibular, apesar de ter se inclinado por um momento à filosofia: para evitar encontrar justamente a pensão, ele decidiu inscrever-se em Direito em Toulouse, sem renunciar, pelo menos no início, à filosofia.

Finalmente, o Direito prevaleceu, como uma vocação, talvez graças à qualidade da tradição jurídica, em Toulouse, dominada pela “figura tutelar do decano Hariou”, com o qual Georges Vedel fez as últimas disciplinas.

O professor Didier Maus, presidente da Associação francesa dos constitucionalistas, para destacar as origens familiares do Senhor Decano, caracterizadas, dizia ele, pelo “gosto de independência dos homens e das mulheres dessas regiões”, completava: “esse passado occitano consolida Georges Vedel na continuidade.” Ele terminou o elogio fúnebre do Mestre nestes termos: “Os mais jovens que nos ouvem poderão dizer: sim, em 2002 havia alguém – ouçam, ‘Senhor Vedel’ - que conhecera o decano Hariou!” “É assim”, concluía ele, “que nossas memórias se constroem e se transmitem”.

Quanto ao professor Pierre Delvolvé, sem dúvida o discípulo mais próximo, após ter insistido sobre todas as partes do Direito em que Georges Vedel se destacou - Direito Público Francês, Direito Civil, Direito Internacional Público e para terminar, o direito comunitário para a redação dos tratados de Roma, da Europa de hoje – resumiu, portanto, a riqueza dessa biografia pela seguinte fórmula: “Georges Vedel, assim, trouxe a Paris a escola de Toulouse”.

Eu não saberia, infelizmente, por causa de minha incompetência jurídica, retrazar o aporte decisivo de Georges Vedel em todas as matérias do Direito. Certamente, os manuais do decano Vedel alimentaram e alimentam ainda a memória de gerações de estudantes e futuros juristas. Seria-me difícil entrar nos arcanos desse saber, eu que, de fato, dos conhecimentos nesse domínio, só guardo traços de minhas leituras “Do espírito das leis” de Montesquieu e “Do contrato social” de Jean-Jacques Rousseau, textos que revelam mais a filosofia do direito, ou simplesmente a literatura. Mas, percorrendo os encontros dos quais Georges Vedel aceitara participar, pouco a pouco eu comecei a ouvir a sua voz, a sentir a sua presença.

Já que, autora de narrações, eu tenho o único pequeno poder - eu ia dizer “trabalho” no sentido artesanal de tentar tornar próximo - eu não ousou dizer “ressuscitar”, o ser que não é mais; Eu escolho, através de algumas cenas da sua vida, colocar-me por detrás de sua sombra, escorregar-me bem perto, tentar levá-lo até vós, perdoem-me, como “personagem” como *character*, diríamos em inglês.

O esposo, o pai, o avô, evocados por seus parentes mais próximos, a Senhora Vedel em primeiro lugar, assim como uma e suas filhas: eu as escutei por longo tempo e em silêncio, pois, insensivelmente, a própria vibração das palavras dos mais próximos, dolorosas, no entanto, pela profunda perda, girando e se retornando na lembrança, traz a vocês, pouco a pouco, o ausente, tanto quanto, talvez mais intimamente, as homenagens públicas e os testemunhos de eloquência admirativa.

Trata-se, pois, aqui, senão de tornar presente um ser querido aos seus próximos, aos seus discípulos, de aproximar-me pelo menos o mais perto possível do ausente, fazer aflorar sua imagem que poderia, por raios furtivos, emocionar-nos. Retornam-me algumas palavras, um só verso do

poema, sem nenhuma dúvida o mais clássico da Idade Média europeia, *A Divina Comédia*, e essas palavras extraídas do canto 21 do Paraíso ensinam-nos como podemos nos ajudar a criar, mesmo por um segundo, a ilusão da presença amada, sim, algumas palavras de Dante:

Coloque a tua mente onde estão os seus olhos.  
Ficca di retro a li occhi tuoi la mente.

Suspendamos nosso fôlego: é a própria voz de Beatriz, sem a qual o poeta exilado em Florença jamais pôde se consolar, Beatriz, portanto, lhe fala, a cada etapa da viagem astral dessa embarcação imaginária, já que estamos no Paraíso. Lembremo-nos da ligação poética dessa extraordinária aventura: Dante, tal qual um astronauta do nosso tempo, por três vezes, aborda um céu de lua, depois sucessivamente, dezessete céus de astros diferentes, assim até o canto 21, em que ele se beneficia da última aparição de Béatrice.

Repito o verso, pronunciado por ela, a amada que vai desaparecer para sempre, logo após ter anunciado:

Nós chegamos ao sétimo esplendor.

Daí esse conselho dirigido ao poeta. Essas palavras, entre esplendor e ausência serena, ela as murmura em imagem de intercessão benfeitora e de ternura: “Coloque a tua mente onde estão os teus olhos”.

Na visão de Dante, o milagre de poder tornar presente, em um raio de um segundo, tudo o que desapareceu, sobrevém quando este último – e voltemos, apesar desse desvio, ao meu faltoso predecessor – parece mais precioso aos seus do que o próprio sol. Nessa irreversibilidade da perda, é o único poder de poesia, sua magia da emoção comunicativa: *Ficca di retro a li occhi tuoi la mente* (verso 16-canto XXI).

Palavra que transtorna porque é transtornada, que tenta superar o passado que não passa.

Nesse esforço de liturgia, o desaparecido, num vestígio de luz, retorna-nos: louvado seja o esforço destes que ele amou, que chegam até vocês, até nós, cuidadosamente, sem poupar a sua própria tristeza que, com efeito, é reavivada.

Sim, o Senhor Decano nos retorna, então, graças à afeição dos seus que buscam consolação, dos seus discípulos que, na ausência, guardam a memória do seu rigor, da sutileza dos seus comentários, da sua influência que lhes permanecia intensa! E para mim que os escutava, a vivacidade de suas lembranças o reaproxima de nós: essa filialidade e essa fidelidade, uma e outra operantes, restituem-nos!

Até a sua voz que eu poderia ouvir, eu, que jamais me aproximei dele, eu, que me perguntei se essa voz tinha um sotaque, eu quero dizer, um sotaque do sudoeste natal! O concreto, finalmente, da tradição: sua oralidade.

E ainda, perguntava-me, de acordo com qual rito arcaico do meu país poderia eu lançar na minha ocasião alguns grãos de areia ou de trigo, algumas folhas de louro, ou pétalas de jasmim na água revigorante da memória dos alunos dos amigos de combate?

Quanto a essa palavra “combate”, evocar antes o labor de paciente escala que representou para Georges Vedel, por exemplo, durante longos anos, a elaboração da Carta da Europa, da qual ele foi um dos artesãos.

Da mesma maneira, eu escutava a narrativa feita por um dos seus companheiros, a propósito de uma viagem à América Central: o professor Guy Carcassonne narrando-me, explicando-me e depois, de repente sorrindo, rememorando uma escala noturna... Em Cuba. Por que Cuba, vocês adivinharam: para visitar, mesmo tarde, uma das fazendas, a mais famosa, onde o Senhor Decano pôde fazer uma provisão dos melhores charutos do mundo, esse pecado do mestre, sendo conhecido por seus próximos...

Desembarcando do Concorde que os dois tinham tomado em março de 1998, para irem primeiramente à Costa Rica, onde Georges Vedel recebera um doutorado *honoris causa*, no retorno, graças a uma escala noturna improvisada, foi-lhes possível, pela sorte, visitar uma ou duas plantações de tabaco de Cuba. “Eis-nos aqui em Havana” lembra-se Guy Carcassonne, “em plena noite, não muito longe do aeroporto, penetrando na plantação mais importante onde o mestre dos lugares, um velho senhor muito simpático, nos recebe”. Nosso guia, ele mesmo impressionado, murmura-me que se tratava de uma glória para todos os fumantes de charutos. Don Gendro de Robaina, em pessoa, aquele cujos charutos são os mais renomados do mundo.

...Nosso anfitrião é cortês. Ele me pediu a identidade do meu companheiro. Enquanto isso, a degustação começa.

“Bem, meu amigo e confrade, este aqui, afirmava-lhe eu, seguro de dizer a verdade, é o ‘Robaina’ do Direito”!

Eles conversaram longamente, curiosos um do outro, e o Senhor Decano retomou o avião, revigorado pelo encontro e por sua provisão de charutos, logicamente.

Com essa cena noturna evocada, eis-me aqui imaginando esses dois mestres da mesma idade, o Francês e o Cubano, no topo, cada um, com sua respectiva arte, degustando em conjunto os charutos mais famosos do mundo. Nessa ocasião, Georges Vedel dialogava em espanhol com Don Gendro de Robaina, o mestre dos lugares...

Em espanhol, já que Georges Vedel, prisioneiro de guerra a partir de 1939 durante seus cinco anos de cativo, entre outras atividades, aprendera a língua espanhola.

Recuemos no passado do Senhor Decano. Eu tento fixar no voo as imagens que o próprio Decano fez levantar em mim por suas respostas ao jornalista Marc Riglet.

- “Aos dez anos, eu ocupo a Alemanha!”, disse ele, rapidamente e com humor.

Percebam que, em 1920, o pai do nosso herói fez parte do corpo do exército francês que ocupava a Alemanha vencida. Seu filho de dez anos seguia a sua escolaridade no liceu francês de Mayence.

“Muitos anos depois”, rememora-se o Senhor Decano, “eu me lembrei de uma cena que, no momento da ocupação da Ruhr, abatera-me sem que eu a tivesse compreendido”.

Com efeito, em janeiro de 1923, as tropas francesas e belgas, com o acordo dos outros Aliados, ocupam, do lado direito do Reno, as usinas metalúrgicas de Krupp e de Thyssen, que tardavam em pagar a dívida de guerra muito pesada. Decisão catastrófica que levou a classe operária alemã – no entanto uma das mais politizadas até então – a uma reação de solidariedade nacionalista com os seus patrões.

Imponente manifestação, portanto, em Mayence, sede da ocupação dos Aliados de 1918 que fixa, por um detalhe inesquecível, a memória do



garotinho Vedel: “Imaginem, lembra-se ele, o choque de uma criança de doze ou treze anos que, de sua sacada, ouve os alemães cantarem”... *La Marseillaise* como canto revolucionário. E nisso, como desafio aos franceses.

O garoto de Mayence, do alto de sua sacada, como testemunha ocular, acrescenta que até sipahis marroquinos receberam ordem de dispersar a manifestação dos operários alemães que vinham ao socorro dos seus patrões!

Georges Vedel então, longo tempo após, fará esse comentário um tanto quanto amargo: pura obra-prima política que o Ubu não teria renegado!

Eu ouço a voz do Decano entristecer-se; como nós, ele se lembrava de que nessa ocasião ouviu-se falar de certo Hitler, com seu movimento de extrema direita nascendo, mesmo se, pouco tempo após, o sinistro agitador tivesse sido detido por um curto momento. Eu noto esse instante em que o rapazinho de doze ou treze anos era testemunha, do alto de sua sacada - a imagem aqui não é de modo algum metafórica - sim, verdadeiramente, na sacada, precisamente, da história, pois esse dia se torna premissa da tragédia europeia que se seguirá.

E se de repente, no entanto, eu lidasse com as datas dessa vida exemplar? Saltamos por um instante o curso escolar do rapaz tornado aluno no liceu em Toulouse, depois estudante de direito, e em seguida professor *agregé*.

Saltamos até mesmo ao segundo dia do nosso herói na Alemanha; os cinco anos de cativo em Oflag 18, sobre o qual, seguramente, eu retornarei.

Avancemos mais longe ainda no tempo vindouro do rapazinho de 1923... Cheguemos, não hesitemos... Em 1957, ou seja, trinta e quatro anos mais tarde! Em Bruxelas, encontramos-nos, na ocasião em que, durante a delegação francesa presidida pelo Ministro Maurice Faure, Georges Vedel foi, aos quarenta e sete anos, o jurista encarregado de redigir os rascunhos do “Tratado Euratom” que, em uma Europa que se deseja nova e solidária, permitiria garantir-lhe uma independência da Energia em relação aos EUA.

Seis artigos são escritos de um modo tão técnico que eles poderiam, no último momento, causar uma recusa do Chanceler Adenauer. Ora, era importante, até mesmo urgente, pelo menos para o governo francês de então, que esse tratado fosse ratificado.

Ocorreu nos bastidores uma cena que foi importante para o tratado de Roma que se seguiu após. O suspense começou no momento em que o próprio Guy Mollet, então chefe de governo, “leva” (é a expressão daquele que evoca esse passado), sim, ele leva Georges Vedel, o jurista redator dos artigos, até o chanceler Adenauer, que hesita em assinar.

Guy Mollet apresenta ao velho Adenauer o jurista Vedel que redigiu os seis artigos os quais ninguém compreendia nada, salvo os juristas. Georges Vedel, em alemão, resume o seu texto de uma maneira tão convincente que o velho Chanceler se convence...

Nessas idas e vindas da memória, Georges Vedel comentou, desta vez, na véspera de ser eleito na Academia em 1997: “eu pensava que era mais precioso fazer a Comunidade Econômica Europeia e esse Euratom ao qual eu me atara porque ele era rico em problemas jurídicos”!

O Senhor Decano, que é uma mina de lembranças, da mesma importância que é, ao mesmo tempo, negociador e testemunha para a história – acrescenta, aliás, essa observação tão preciosa para nós: “Maurice Faure tem frequentemente dito que se essa negociação (do Euratom) pôde ser realizada, em parte porque a guerra da Argélia ocupava muito as mentes”.

Mas façamos reviver Georges Vedel que, apesar de com pouco mais de quarenta anos, nesses anos de 1950, pela sua capacidade de encontrar forma nesse novo aspecto internacional, gozava da confiança dos chefes de estado de primeiro plano. Seu papel foi então decisivo na aproximação franco-alemã que se constrói nessa década. Lembrando-se, talvez, do pequeno rapaz de 1923, ele lamentará: “a interminável partida França-Alemanha não podia se perpetuar para sempre de guerra em guerra”!

E ainda em 1997, é quase no anoitecer da sua vida que ele concluiu: “A ideia de repetir as burrices que tinham provocado o rasgamento da Europa eram para nós estranhas”. Nós pensamos, inclusive, o contrário.

Desculpem-me, Senhoras e Senhores, por esse desvio na vida do Senhor Decano: minha viagem “vedeliana” iniciada em 1923 saltou trinta e quatro anos de uma só vez, até 1957, e eu não pude em seguida impedir-me de citar os seus julgamentos mais tarde, na véspera de sua eleição na Academia...

Essas idas e vindas que eu opero, numa aparente desordem, fazem-me sentir o quanto, durante o seu percurso de vida (a infância, os estudos,

a experiência de guerra e dos campos), o professor permaneceu sensível ao equilíbrio tão frágil entre o passado coletivo que resiste e as formas novas, algumas vezes informes, mais prefigurando o porvir da Europa.

Quando, por exemplo, ele animou com amigos, em 1967, o clube Jean Moulin, seu instinto de jurista sem par era sustentado por uma inteligência aguda de renovos da mudança que, mesmo com atraso, advém...

Da minha parte, é verdade, assustei-me com a sua obra de jurista, eu diria de Grande Sábio, no nascimento de uma nova Europa.

Seu pensamento sobre o Direito, experimentado por décadas, fê-lo compreender, o mais próximo possível, os movimentos de um secreto pêndulo que tentava equilibrar estabilidade e progresso em uma Europa cicatrizada, da qual ele me parece ser um nos relojoeiros invisíveis.

Tocou-me a sua experiência desse problema tão tenaz, lâmina de fundo e de longa duração, digamos, “de longa paciência”, ou mesmo de “longo sofrimento” que o Senhor Vedel chama de “a interminável partida entre a França e a Alemanha”.

Retornarei também à sua detenção de 1939, e em seguida à experiência do cativo que ele viveu durante cinco anos.

“A guerra?” Lembra-se ele, sempre diante de Marc Riglet, “é difícil de dar conta do estado de estupor no qual a derrota nos mergulhou!” Ele destaca, “o que nós quase esquecemos totalmente”, diz ele, “os 100.000 mortos franceses da campanha de 1939”. Ele lembrava “esses dias de desespero e de desgosto”, sua expressão foi sacudida por uma cólera estupefata do homem ainda jovem, pois, em 1939, ele ficou indignado: “isso, vinte e um anos somente após a vitória, tão arduamente adquirida, dos Aliados de 1918”!

Em 1939, enquanto tenente no leste da França, ele se encontrou cercado com o estado maior do quinto exército.

O comando é transmitido aos oficiais para tentar ganhar, em ordem dispersa, a fronteira suíça. Três dentre eles avançaram ao acaso, na floresta de Vosges, em plena noite. O primeiro, Vedel, esbarra então em um obstáculo e cai, é um soldado alemão: “Fui capturado”, lembra-se ele, “pela unidade alemã da qual eu sou o primeiro prisioneiro enquanto oficial! Fui enviado a uma Oflag onde, devo dizer, a convenção de Genebra é respeitada... No

terceiro desses campos, sofreremos, logicamente, pelo frio, pela comida ruim, mas nós poderemos receber encomendas uma vez por mês, e até mesmo livros”.

Em agosto de 1940, ele foi transferido para a Áustria, em Oflag 18, onde estavam agrupados vários outros professores de Direito, de História, de Letras etc. Todos juntos organizaram uma universidade. Ele então se tornou novamente professor de Direito, durante os cinco anos que se seguiram, mas também estudante, pois ele aprendeu o espanhol, assim como a teologia de São Paulo. Georges Vedel julgava ter sido “extremamente fecundos” esses anos como prisioneiro, apesar das condições mais que ascéticas do cotidiano. Ele se encheu de amizades novas e duráveis.

Em 1945, quando os Russos libertaram esse campo não longe de Viena, os oficiais franceses foram colocados à disposição dos Americanos, no aeródromo de Linz. Lá, ocorreu-lhe um choque; um horror indizível tomou os Franceses libertos quando eles encontraram outros deportados, mas em que estado: seres esqueléticos saíam ou, antes, titubeavam fora do campo de Mauthausen que se encontrava a somente sessenta quilômetros do seu: “Oh”, exclama o Senhor Vedel, “um rebanho de torturados, de quase mortos, aparece-nos”.

Esse foi um transtorno do seu todo inteiro ser. Nem ele, nem seus camaradas de cativo, enquanto eles encaravam essa visão de pesadelo, não teriam podido imaginar, e ainda perto deles, “um tal inferno de tortura, de fome, de morte: um mundo sem direito”, disse ele, “em que o homem é tratado pior do que um animal”.

Sua reação, no trem que o levava para Paris, foi de uma força de que ele jamais se esqueceria: “Parece-me”, lembra-se ele, “que eu comecei a crer verdadeiramente no Direito nesse momento”.

O horror que ele ressentiu, nos dias seguintes, se prolongou. Pois nesse trem do retorno, os deportados de Mauthausen continuavam a morrer.

Por essa visão, do que podia ter sido também a guerra, ele permaneceu marcado, assombrado pela proximidade de um “mundo sem direito”, uma Barbárie no próprio coração da Europa. “Eu compreendi”, conclui ele, “que o Direito, mesmo rudimentar, mesmo rugoso, é uma das fronteiras entre o homem e o animal”!

Antes, ele era um brilhante agregado de Direito, em vias de “obter êxito” em sua vida de professor de universidade. Após 1945, o Direito não foi mais somente uma “carreira”, um trabalho, mas uma vocação que o habitava, cujos questionamentos não deixarão nunca mais a sua mente em repouso.

Georges Vedel, portanto, grande mestre do Direito.

Atuou como professor desde 1936, quase ao longo do século passado, na Faculdade de Direito, nas Ciências Políticas e das múltiplas universidades estrangeiras, inclusive nas dos países do Magrebe. Suas aulas, dizem-nos, eram um modelo de clareza e de rigor, sempre com notas de humor.

Como autor, foi sobretudo no Direito Constitucional e Direito Administrativo que ele inovou, como por exemplo, pelo seu manual datando de 1949 e reimpresso em 1994, que permanecia indispensável para se compreender as transições constitucionais da Terceira à Quinta República.

A sua entrada no Conselho Constitucional em 1980 foi, enfim, a sua consagração. Acontecia que, nos nove anos seguintes, a França teve dois presidentes da República e três eleições legislativas. “A alternância engendrou uma atividade intensa”, diz-nos Robert Balandier, que encontrou o Decano nessa alta instância. E o Senhor Batinter concluiu: “uma visão de conjunto guiava o projeto do Decano. Ela dava aos seus escritos e aos seus propósitos uma unidade e uma densidade incomparáveis”.

Da minha parte, tendo muito rapidamente sobrevoado por essa vida de trajeto exemplar, permito-me de voltar ao choque do homem Georges Vedel recebido no aeródromo de Linz, e que abalou definitivamente a sua inteligência e sensibilidade, o que deu mais profundidade à sua consciência de cidadão.

É verdade que, pelo acaso da vida, ele foi ligado por uma amizade com Maurice Faure, jovem parlamentar. Faure, ministro em 1956, encarregado da negociação europeia, chamou o Senhor Decano como conselheiro jurídico para os acordos a elaborar, que seria necessário submeter aos diferentes parceiros de uma Europa reconciliada.

Talvez, guardadas todas as proporções, poderíamos retornar à origem da primeira Europa dos célebres “Sermões de Estrasburgo”, em 842, quando

os netos de Carlos Magno e seus irmãos mais novos fazem as pazes (cada um na língua do outro), ainda que dividissem a herança paterna para se reforçarem também contra o irmão primogênito, o terceiro herdeiro..

Esse esquema, poderíamos dizer, funcionava novamente nos meados dos anos 1950. Vencidos e vencedores da Europa que surgia, uma nova vez, das suas ruínas, elaboraram fundações outras para uma Europa a se regenerar. Eles se reconciliaram, é bem certo, mas para contrabalancear o bloco dos “países do leste” e isso, até a queda do muro de Berlim, em 1989.

Nesse contexto, um pouco como um hábil em mecânica europeia, Georges Vedel teve um papel decisivo em Bruxelas.

A força que o habitou, eu a chamarei de sua ética do Direito, contra o domínio do não-direito. Ela lhe vem também por sua confrontação vivida com as fissuras trágicas de uma recente história europeia.

Há outra história, Senhoras e Senhores, e consecutiva a essa... Permitam-me evocar neste momento: a França, sobre mais de meio século, afrontou o movimento irreversível mundial de descolonização dos povos. Ele foi vivido, em minha terra natal, em pesada passividade de vidas humanas massacradas, de sacrifícios privados e públicos inumeráveis e dolorosos, isso sobre as duas vertentes dessa laceração.

Tratava-se, também, de uma confrontação mais larga da Europa com todo o Terceiro Mundo. Cabe aos filósofos da História medir por que as duas guerras mundiais se enraizaram sem dúvida pelo fato que a Alemanha, potência reunificada em 1870, foi afastada do retalhamento colonial da África no Século XIX.

A África do Norte, no tempo do Império francês - como o resto da África da parte dos seus colonizadores ingleses, portugueses ou belgas - sofreu durante um século e meio a usurpação de suas riquezas naturais, desestruturação de seus assentos sociais, e, na Argélia, exclusão no ensino das suas línguas identitárias, o berbere secular e a língua árabe da qual a qualidade poética só podia então ser por mim percebida nos versos corânicos que permanecem para mim preciosos.

Senhoras e Senhores, o colonialismo vivido dia a dia por nossos ancestrais, sobre quatro gerações pelo menos, foi uma imensa ferida! Uma ferida cuja memória foi aberta por alguns recentemente, muito levemente

e por derrisório cálculo eleitoreiro. Já em 1950, em seu “Discurso sobre o Colonialismo”, o grande poeta Aimé Césaire mostrara, com o fôlego potente da sua palavra, como as guerras coloniais na África e na Ásia têm, de fato, “descivilizado” e “tornado selvagem”, diz ele, “a Europa”.

Em plena guerra da Argélia, da minha parte, ao contrário, eu me beneficei de calorosos diálogos com grandes mestres dos anos cinquenta: Louis Massignon, islamólogo de rara qualidade, para as minhas pesquisas de então, sobre a mística feminina, da Idade Média, o historiador Charles André Julien, que foi o meu Decano na Universidade de Rabat por volta dos anos 1960, e enfim o sociólogo e arabizante Jacques Berque que me reconfortava, lamentavelmente, justamente antes da sua morte, em plena violência islamista na década passada contra os intelectuais, na Argélia.

Eu acrescentarei nesta lista o discreto amigo de outrora, Gaston Bounoure que, do Egito, vindo terminar sua carreira de professor no Marrocos, era um dos raros a me encorajar no meu início de romancista; igualmente, um pouco mais tarde, o poeta Pierre Emmanuel que teve assento entre vocês.

Eu terminarei, sobretudo, com duas mulheres que me comunicaram anteriormente a força de ser o que eu sou, ou seja, uma autora de escrita francesa: a primeira, a Senhora Blasi, no colégio de Blida, por sua simples leitura dos poemas de Baudelaire - eu tinha onze anos - a outra em Paris, a professora Dina Dreyfus, cujo ensino sobre Descartes e Kant transmitiu-me um pouco de rigor, eu tinha dezenove anos...

Eu queria acrescentar, desejando aos tão numerosos Argelinos que se batem hoje pelos seus direitos de cidadãos, o meu reconhecimento por Germaine Tillion, predecessora de nós todos, por seus trabalhos nos Aurès, desde os anos trinta, por sua ação de diálogo em plena batalha de Argel em 1957, igualmente por seu livro “O Harém e as primas” que, desde os anos 1960, tornou-nos “livro-farol”, obra de lucidez mais do que polêmica.

Como Georges Vedel, eu me destinava à filosofia. Eu era apaixonada, aos vinte anos, pela estatura de Averróis, esse genial Ibn Rochd andaluz, cuja audácia do pensamento revivificou a herança ocidental. Mas como na escola eu estudei o inglês, o latim e o grego, assim como eu pedia, em vão para aperfeiçoar o meu árabe clássico, tive de restringir minha ambição

me resignando a tornar-me historiadora. Nesse sentido, o monolingüismo francês, instituído na Argélia colonial, tendendo a desvalorizar nossas línguas maternas, levou-nos ainda mais à nossa busca pelas origens.

Assim, diria eu, avivava-se o meu “desejo ardente pela língua”, uma língua em movimento, uma língua ritmada por mim para me dizer ou para dizer que eu não sabia me dizer, senão, que pena, às vezes na ferida... Senão na fresta entre duas, não, entre três línguas, e nesse triângulo irregular, sobre níveis de intensidade ou de precisão diferentes, encontrar o meu centro de equilíbrio ou de oscilação para pousar a minha escrita, estabilizá-la, sim, arriscar, ao contrário, o seu voo.

A língua francesa, a de vocês, Senhoras e Senhores, tornou-se a minha, pelo menos pela escrita. O francês, portanto, é lugar, eu até diria, da minha utopia; *tempo* da minha respiração a cada dia: é o que eu queria esboçar, neste instante em que eu permaneço como silhueta, em pé diante da porta de vocês.

Eu me lembro, no ano passado, em junho de 2005, no dia em que vocês me elegeram em sua Academia, dos jornalistas que buscavam a minha reação, e eu respondera que “eu estava contente pela francofonia do Magrebe”. A sobriedade se impunha, pois fui tomada pela sensação quase física que as suas portas não se abriam somente para mim, nem somente para os meus livros, mas para as sombras ainda vivas dos meus confrades - escritores, jornalistas, intelectuais, mulheres e homens da Argélia que, na década de 1990 pagaram com a sua vida por escrever, por expor as suas ideias ou, simplesmente, por ensinar... Em língua francesa.

Desde então, graças a Deus, o meu país cauteriza pouco a pouco as suas feridas.

Seria útil talvez lembrar que, na minha infância na Argélia colonial (diziam-me “Argélia francesa muçulmana”), enquanto nos ensinavam sobre os “nossos ancestrais, os Gauleses”, nessa época, justamente, os Gauleses, a África do Norte, (chamavam-na também Numídia), minha terra ancestral já possuía uma literatura escrita de alta qualidade, em língua latina...

Eu evocarrei três grandes nomes: Apuleio, nascido em 125 d.C. em Madaure, no leste argelino, estudante em Cartago e depois em Atenas, escritor em latim, conferencista brilhante em grego, autor de uma obra



literária abundante, da qual a obra-prima *L'Âne d'or ou les Métamorphoses*, é um romance picaresco cujo entusiasmo, liberdade e riso iconoclasta conservam uma modernidade surpreendente... Que revolução, seria, de traduzi-lo em árabe popular ou literário, pouco importa, certamente como vacina salutar para inocular os integrismos de todos os lados de hoje em dia.

Quanto a Tertuliano, nascido pagão em Cartago em 155 d.C. que se converteu ao cristianismo, é autor de umas trinta obras, das quais, a sua *Apologética*, de rigor totalmente puritano. Basta citar duas ou três de suas frases que, surgidas desse segundo século cristão e latino, pareceriam repentinamente palavra de algum tribuno misógino e intolerante da África. Por exemplo, extraída do seu opus *Du voile des vierges*, esta afirmação: “Toda virgem que se mostra, escreve Tertuliano, submete-se a uma espécie de prostituição!” e mais longe, “Desde que descobris a cabeça desta moça, ela não é mais inteiramente virgem aos seus próprios olhos”.

Sim, traduzamo-lo rapidamente em língua árabe, para provar a nós mesmos, pelo menos, que a obsessão misógina que sempre escolhe o corpo feminino como aposta não é especialidade somente “islamista”!

Em pleno século IV, novamente no leste argelino, nasceu o maior Africano dessa Antiguidade, e sem dúvida, de toda a literatura: Agostinho, nascido de pais berberes latinizados... Inútil detalhar o trajeto tão conhecido desse Pai da Igreja: a influência de sua mãe, Mônica, que o acompanha, de Cartago até Milão, seus sucessos intelectuais e mundanos, depois a cena do jardim que conduz à sua conversão, seu retorno à casa paterna de Thagaste, seus inícios do bispado em Hipona, enfim seu longo combate por, pelo menos, duas décadas, contra os Donatistas, esses Berberes cristianizados, mas duramente rígidos na sua dissidência.

Após vinte anos de lutas contra estes últimos, eles que seriam os “integristas cristãos” de seu tempo, estando mais em contato com os seus Seguidores falando berbere, Agostinho creu tê-los vencido: Justamente, ele imaginava ter triunfado em 418, em Cesaréia de Mauritânia (a cidade da minha família e de uma parte da minha infância). Ele se enganou. Treze anos mais tarde ele morreu, em 431, em Hipona, sitiada pelos Vândalos vindos da Espanha e que, sobre essas costas, acabaram, em um ano somente, por destruir quase tudo.

Assim, esses grandes autores fazem parte no nosso patrimônio. Eles deveriam ser estudados nos liceus do Magrebe: em língua original ou em tradução francesa e árabe.

Lembremos que, durante séculos, a língua árabe acompanhou a circulação do latim e do grego, no Ocidente; até o fim da Idade Média.

Depois de 711 até a queda de Granada em 1492, o árabe da Andaluzia produziu obras-primas cujos autores, Ibn Battouta, o viajante nascido em Tânger; Ibn Rochd, o filósofo comentando Aristóteles para recusar El Ghazzali, enfim o maior místico do ocidente muçulmano, Ibn Arabi, viajando de Bougie até Túnis e de lá, retornando a Córdoba e depois a Fés. A língua árabe era então veículo igualmente do saber científico (medicina, astronomia, matemática etc.). Assim, é novamente na língua do outro (os Beduínos da Arábia islamizando os Berberes para conquistar com eles a Espanha) que meus ancestrais africanos escreveram, inventaram. O último dentre eles, figura de modernidade marcando a ruptura, Ibn Khaldoun, nascido em Túnis, escreveu a sua História dos Berberes na Argélia; no meio do Século XIV. Ele terminou sua vida em 1406 no Oriente; como Ibn Arabi, quase dois séculos antes.

Para esses dois gênios, o místico andaluz e o cético inventor da sociologia, a língua de escrita parecia movê-los, eles, como cidadãos do mundo, que preferiram exilar-se da sua terra mais do que da sua escrita.

Para que me serve hoje a minha língua francesa? Eu me pergunto quase ingenuamente. Desde a idade de vinte anos, eu escolhera ensinar na universidade a história do Magrebe.

Como o Decano Vedel, eu gosto nesta profissão da independência intelectual que ela me assegura, assim como dos contatos com as jovens mentes; comunicar-lhes sobre o que gostamos, ficar alerta com eles que nos aguilhoam enquanto avançamos na idade. Depois de tudo, eu só mergulhei na atividade do meu pai que, professor nos anos trinta, em plena montanha argelina, único em uma escola em que não chegava nem a estrada, escolarizava em francês, rapazinho, e dava algumas aulas aos adultos, montanheses de sua idade, aos quais ele garantia uma formação acelerada em francês, preparando-os assim aos pequenos trabalhos de administração para que as suas famílias tivessem recursos regulares.

Desde a idade dos meus quinze anos, eu aderi a uma concepção fervente da literatura: “Eu escrevo para me percorrer” dizia o poeta Henri Michaux. Eu adotei, em silêncio, esse lema.

A escrita se tornou para mim atividade frequentemente noturna, em todo caso permanente, uma busca que quase faz perder o fôlego... Eu escrevo por paixão de *ijtihad*, quer dizer, de busca tensa em direção a um quê, a si primeiramente. Eu me interrogo, como quem, talvez, depois de tudo, como o herói metamorfoseado de Apuleio que viaja em Tessália: só que eu só quero reter, dessa pretenciosa aproximação, a mobilidade das vagabundagens desse Lucius, duplo do autor, meu compatriota de dezenove séculos antes...

Vocês me perguntarão: você escreve também, metamorfoseada, mascarada, e essa máscara que, no entanto, não procura arrancar, seria a língua francesa?

Há décadas, essa língua não é mais para mim língua do Outro - quase uma segunda pele, ou uma língua infiltrada em vocês próprios, sua batida contra o seu pulso ou muito perto de sua artéria aorta, talvez também cernindo o seu calcanhar com um nó, ritmando o seu andar (pois eu escrevo e ando, quase todos os dias, no Soho ou sobre a ponte de Brooklyn)... Eu só sinto então o olhar na imensidão de um nascimento no mundo. Meu francês se torna a energia que me resta para beber o espaço azul cinza, todo o céu.

Eu poderia ter sido, no fim nos anos 1970, ao mesmo tempo cineasta de língua árabe e romancista francófona. Apesar dos meus dois longas-metragens, saudados em Veneza e em Berlim, se eu tivesse persistido em me bater contra a misoginia dos defensores do cinema de estado do meu país, com sua caricatura são-sulpiciano do passado, ou suas imagens de um populismo entristecedor, eu teria sido asfixiada como o foram vários cineastas seriamente formados anteriormente. Essa esterilidade das estruturas anunciava, de fato, na Argélia, a lâmina de fundo da intolerância e da violência da década de 1990. Eu teria, portanto, arriscado viver surda e cega de algum modo, porque teria sido proibida da criação audiovisual.

Mas, das minhas observações para buscar a memória das camponesas nas montanhas do Dahra, em língua árabe ou por vezes berbere, fundindo

na lembrança das dores esfoladas, eu recebi uma comoção definitiva. Um enriquecimento; Eu diria até mesmo uma lição ética e estética, da parte das mulheres de todas as idades da minha tribo materna: relembrando-se do seu passado vivido pela guerra da Argélia, mas também evocando o seu cotidiano. Sua palavra se libertava com imagens surpreendentes, de pequenas narrativas amargas ou engraçadas, deixando sempre afluir uma fé amarga ou serena, como uma fonte que lava e apaga os rancores. Reaprendendo a ver, desejando transmitir numa forma quase virgiliana, esse real, eu encontrei uma unidade interior, graças a essa palavra preservada de minhas irmãs, ao seu pudor de que não se sabe, se bem que o som de origem começou a fermentar dentro do coração do francês da minha escrita. Assim, armada ou reconciliada, eu aprendi totalmente a amplitude.

Ora, lá, sobre essa costa sul que eu deixei, quem olha doravante senão cada mulher que não tinha outrora direito de olhar, apenas de andar abaixando os olhos, envelopando face, fronte e corpo inteiro de panos diversos, de lãs, de sedas e de catfans? Corpo móvel que, ao mesmo tempo em que a escolarização das meninas de todas as idades se impõe nos menores povoados, parece ainda sobre controle?

A jovem mulher arquiteta em *A Noite das mulheres do Monte Chenoua* retorna à sua região de infância. Seu olhar pousado sobre as camponesas busca a troca de palavras; suas conversações se entrelaçam.

É por acaso que a maior parte das obras de mulheres, no cinema, traz ao som, à música, ao timbre das vozes presas e surpresas, um relevo tão predominante quanto à própria imagem? Como se fosse necessário aproximar-se lentamente da tela, povoá-la, mas levado por uma voz plena, dura como uma pedra, frágil e rica como um coração humano.

Assim eu fui, no trabalho de imagens-sons. Porque eu me aproximava de uma língua materna que eu só queria perceber no espaço, tentar fazê-lo tomar um ar, definitivamente! Uma língua de insolação que ritmava por fora dos corpos de mulheres circulando, dançando, sempre por fora, desafio essencial.

Quanto à língua francesa, ao fim de que transumância, trançar essa língua ilusoriamente clara na trama das vozes das minhas irmãs? As palavras de qualquer língua se apalpam, soletram-se, voam como uma andorinha que

revoa, sim, as palavras podem se exalar, mas seus arabescos não excluem mais nossos corpos portadores de memória.

Dizer, sem grandiloquência, que minha escrita em francês é semeada pelos sons e os ritmos da origem, como as músicas que Bela Bartok veio escutar em 1913, até nos Aurès. Sim, minha língua de escrita se abre ao diferente, desaparece dos interditos paroxísticos, estica-se para não parecer somente uma simples trança fora, perfilada de silêncio e de plenitude.

Meu francês se iluminou assim desde os vinte anos, da noite das mulheres do Monte Chenoua. Parece-me que elas dançam ainda para mim nas grotas secretas, ao passo que o Mediterrâneo deixa centelhas a seus pés. Elas me saúdam, protegem-me. Eu levo além do Atlântico os seus sorrisos, imagens de *shefa*, ou seja, de cura. Pois meu francês, dobrado pelo veludo, mas também de espinhos das línguas outrora ocultadas, cicatrizará talvez as minhas feridas memoriais.

Senhoras e Senhores, é meu voto final de *shefa* para nós todos, abramos escancaradamente esse *Kitab el Shefa* ou Livro da cura (da alma) de Avicenne/Ibn Sina, esse muçulmano de Isfahan do qual a precocidade e a variedade prodigiosa do saber, quatro séculos antes de Pico della Mirandola, deixou letrados e cientistas que o seguiram admirados...

Eu não posso, para concluir, impedir-me de me voltar para François Rabelais, “o grande atravessador das vias periclitantes”. Como o chama François Bon, Rabelais, portanto, que em Montpellier, para os seus estudos de medicina, teve de mergulhar nesse *Livro da cura*. Em sua carta de Gargantua a Pantagrue, em 1532, ou seja, um século antes da criação da Academia pelo cardeal de Richelieu, já havia dado o conselho de aprender “primeiramente o grego, em segundo lugar o latim, depois o hebraico para as cartas santas, e o árabe igualmente”. Gargantua acrescentava tão logo ao programa: “do Direito Civil, eu quero que saiba de cor todos os belos textos”.

É por isso, Senhoras e Senhores, que eu imagino que neste momento, por cima das nossas cabeças, François Rabelais dialoga no Firmamento com Avicenne, enquanto eu sorrio aqui para o Decano Vedel ao qual, graças a vocês, hoje, eu sucedo.